

Impasse pode levar à medida provisória

JEFFERSON PINHEIRO



Cardoso: obstrução

Foi um enorme impasse o que, no Senado, impediu a votação dos projetos de rolagem das dívidas dos estados e municípios e do ajuste fiscal. Os senadores consideraram inconstitucional o fato de a Câmara dos Deputados ter apreciado uma matéria, como a rolagem de dívidas, que, segundo eles, é da competência exclusiva do Senado. Além disso, os governistas se rebelaram contra o que entendem ser uma imposição do PMDB de querer votar, primeiro, a rolagem, e, em seguida, o ajuste fiscal. Isto provocou a ida do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao Senado, onde passou a tarde conversando com senadores de todos os partidos.

Hoje, haverá uma nova tentativa de se colocar a matéria em votação já que, diante do clima de desarmonia de ontem, os líderes do Governo e do PMDB não arriscaram colocar a matéria em votação. Eles começaram a convocar seus liderados a comparecerem à sessão que começaria às 10h. Mas o impasse chegou a tal ponto que o descrédito era geral e, embora não admitindo, o líder do Governo, Marco Maciel, não negou a eventualidade de o Executivo recorrer a uma Medida Provisória para o ajuste fiscal, caso o entendimento não seja possível.

Passarinho — O ministro Jarbas Passarinho passou a tarde no cafezinho do plenário do Senado, conversando com parlamentares de todos os partidos. Ele chegou bastante nervoso porque já sabia, segundo ele mesmo, da informalidade existente entre a grande maioria dos senadores “contra a imposição do PMDB”, disse ele mais tarde. O ministro tentou demover a todos dessa posição mostrando que não havia imposições mas um acordo que fora honrado na Câmara. No entanto, ouviu muita reclamação e até a frase, em tom de desabafo, do senador Elcio Álvarez (PFL-ES), lembrando que “nós nunca exercemos a maioria”. Os governistas, se assim quisessem, poderiam tentar virar o jogo buscando inconformados também no PSDB, PDT, PTB e PDC e isolar o PMDB. Passarinho, no entanto, foi firme: “O que eu não posso é ter uma posição desleal com o PMDB”.

Mesmo assim, após as conversas, dirigiu-se ao gabinete do líder do PMDB, Humberto Lucena (PB), para tentar um acordo no sentido de se abrir mão da rolagem este ano. “Mas o Lucena está preso ao acordo que foi feito com o presidente do seu partido (Orestes Quércia)”, disse, desiludido. Passarinho deixou o Congresso insatisfeito e contando com apenas uma coisa: “Que o País não fique paralisado em 1992”.

Tramitação — Enquanto isso, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) levantava no plenário uma questão de ordem para impedir a tramitação do projeto de rolagem das dívidas. Ele invocou o Regimento Interno que impede a tramitação de matérias que contrariam a Constituição e, na sua opinião, este é o caso, porque rolagem de dívidas estaduais é competência exclusiva do Senado.

Sua questão de ordem depende de uma decisão do presidente do Senado, Mauro Benevides. Se for contrária, Fernando Henrique poderá recorrer ao plenário que, por sua vez, só decidirá após ouvir a Comissão de Constituição e Justiça. Este trâmite, entretan-

to, não tem efeito suspensivo e a matéria pode até mesmo ser votada. Até o início da noite de ontem, Benevides não havia oficializado sua resposta mas afirmou que, acolhendo a questão de ordem, poderia incorrer na revogação de um ato da Câmara dos Deputados e esta é uma questão de Judiciário.

Alianças — As alianças firmadas na Câmara deixaram de existir no Senado. Neste, o PDT se uniu ao PSDB e mais PDC e PTB, contra a rolagem. Já o PDS estava dividido por causa do senador Oziel Carneiro (PA), que vem a ser o suplente de Passarinho. O PFL era uma grande rebelião contra o PMDB. A divisão ficou clara em uma reunião, pela manhã, com os líderes quando, a exceção de Marco Maciel e Oziel Carneiro, todos os demais decidiram não votar uma nova resolução do Senado, em substituição à de número 58, que fixa os limites para endividamento dos estados. A nova resolução é fundamental para que o projeto de rolagem seja colocado em prática.

“Eu já tinha falado que ia dar encrenca. O Senado é poder de revisão e não para assinar as coisas na perna”, explicou o líder do PRN e também vice-líder do Governo, Ney Maranhão. “Acima de tudo eu defendo o Poder”, acrescentou. Já o líder Marco Maciel, embora acreditando na constitucionalidade da matéria, não descartava a possibilidade de uma obstrução para a sessão de hoje. “Se tentarmos decidir no voto, no bate-chapa, poderíamos até conseguir, mas voto não é entendimento, e o caminho é a negociação”.

Benevides afirmara pela manhã, segundo relato do senador Maurício Corrêa, que havia 43 senadores. No entanto, desses, três se ausentaram — Josaphat Marinho, porque uma irmã morrera; Hugo Napoleão, com uma febre de 39 graus; e Eduardo Suplicy, que tinha o compromisso de ser paraninfo de uma turma de formandos em São Paulo. Com isso, cairia para 40 e o **quorum** necessário para se votar qualquer coisa é de 41. Os líderes, então, tentarão trazer o maior número de senadores para a sessão de hoje, às 9h.